



GT 59. Mobilidade dos Povos Indígenas: fronteiras, conflitos, diferenças e direitos

Coordenador(es):

Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas)

Sessão 2 - Povos indígenas, arqueologia e violências

Debatedor/a: Priscila Lini (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

O GT pretende reunir trabalhos de pesquisadores/as que tenham pesquisa sobre os novos contextos ou cenários de mobilidade dos povos indígenas, entre aldeias, entre fronteiras, ou mesmo para centros urbanos, realidades às vezes produzidas por deslocamentos forçados motivados por grandes empreendimentos, ou histórias de expulsão de seus territórios tradicionais e as tentativas de retorno na atualidade. Conforme dados do (IBGE - 2010) ao redor de um terço da população indígena vive em espaços urbanos, enquanto outra parte vive em áreas de conflito, em acampamentos em margem de rodovias, ou mesmo em áreas tituladas por particulares, na maioria dos casos, em contextos de extrema violência. A mobilidade indígena muitas vezes é forma de resistência a múltiplas formas de violências: territoriais, culturais, políticas, de gênero, dentre outras, às quais os levam a intensa movimentação política com novas posições frente a um Estado usurpador de direitos, ao mesmo tempo em que procuram ocupar novos espaços políticos, como universidades e agências do próprio governo. Assim, este GT pretende reunir pesquisadores/as com afinidade na temática indígena e áreas afins que tragam contribuição para esse debate.

A prática do Kohixoti-Kipaé como estratégia de resistência étnica pelos Terena na aldeia urbana do jardim Inápolis

Autoria: Luiz Felipe Barros Lima (SED/MS), Victor Ferri Mauro

O artigo apresentado interpreta aspectos da vida cotidiana, da memória coletiva e da identificação étnica de um grupo de indígenas Terena residente na Aldeia Urbana do bairro Jardim Inápolis, periferia de Campo Grande-MS, tendo como cenário a prática do Kohixoti-Kipaé, rito também conhecido como "dança da ema", enquanto uma estratégia de construção imagética e performática sob a perspectiva de fortalecimento do Kixovoku, ou "jeito de ser Terena", instrumentalizado pela performance do Kohixoti-Kipaé. Para alcançar os objetivos da pesquisa, realizamos inicialmente o levantamento do material bibliográfico produzido sobre os Terena residentes na capital sul-mato-grossense e suas estratégias de inserção no cotidiano urbano incrementadas pela atuação de organizações indígenas desde a década de 1990. Parte das considerações aqui apresentadas foram elaboradas a partir de observações in loco e interlocuções com integrantes do grupo mencionado. Atenção especial foi dada às memórias coletivas da comunidade sobre a preparação e a execução do Kohixoti-Kipaé, tendo em vista sua dimensão política instrumentalizada na luta por direitos específicos em contextos ampliados de interação com a sociedade envolvente, em que afloram estratégias singulares de mobilidade, territorialização e de resistência étnica e cultural.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: